



WWW.CDDMOZ.ORG

POLÍTICA MOÇAMBICANA

Domingo, 09 de Março de 2025 | Ano VI, n.º 676 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | www.cddmoz.org

EM CONTEXTO DE APELOS SOBRE REFORMAS POLÍTICAS

Como evitar que o parlamento continue a ser lugar de tachos com alguns deputados a serem indigitados pela liderança e não eleitos democraticamente nas bases?

- Em 13 de Janeiro de 2025 tomaram posse os deputados da Assembleia da República (AR) eleitos nas Eleições de 9 de Outubro, numa sessão com apenas deputados da Frelimo e do partido Povo Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS). Os deputados da Renamo e do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), que boicotaram a sessão em protesto contra a fraude e a violência policial, tomaram posse a posterior.



Em Moçambique, os deputados são eleitos num sistema de listas partidárias. As listas resultam ou deviam resultar de processos democráticos a nível das bases, sendo o ponto mais alto a província. No entanto, o processo interno nos partidos políticos para a eleição de candidatos a deputados não tem sido transparente, o que abre espaço, muitas vezes, para a integração na lista de candidatos ao arrefio das regras democráticas. Para isso, cada partido tem

normas internas, aparentemente aceites por todos, mas que acabam sendo usadas para contornar as regras democráticas e atribuir poderes às lideranças para acomodação nas listas de expedientes de nepotismo, clientelismo e corrupção. Em contexto de debates sobre reformas políticas, urge responder a questão de saber como evitar que o parlamento continue a ser lugar de tachos com alguns deputados a serem indigitados pela liderança e não eleitos democraticamente

nas bases.

Na primeira quinzena de junho de 2024, terminou o período de submissão de listas de candidatos a deputados da AR. Nessa altura, começaram a circular as listas de candidatos a deputados de todos os partidos políticos. As atenções estavam viradas para a Frelimo, Renamo, MDM e o estreante PODEMOS.

Em quase todos os partidos surgiram questionamentos sobre como alguns nomes aparecem nas listas.

Frelimo



Um dos nomes questionados na Frelimo foi Eneas Comiche. A ele juntam-se nomes como Egídio Vaz, Elísio de Sousa e Gil Aníbal, que estavam em lugares cimeiros nas listas de Nampula, Zambézia e Tete, respectivamente. Os últimos três nomes e outros em diversas províncias não foram sufragados, mas integrados nas listas por ordem da Comissão Política, na altura dirigida por Filipe Nyusi.

Os três fizeram parte do chamado “grupo de choque” do consulado de Filipe Nyusi. Durante os dez anos do anterior incumbente endereçaram hosanas ao desgoverno imposto aos moçambicanos, atacaram parceiros de cooperação, activistas, opositores políticos ao regime e todos aqueles que se recusaram a aderir ao pensamento fardado. A indicação destes nomes soa, aos ouvidos dos moçambicanos de bem, como recompensa pelo trabalho sujo que fizeram para o regime. Foram os rostos da defesa do terceiro mandato para Nyusi. Defenderam a Tabela Salarial Única que se mostrou a política salarial mais desastrosa do País. Foram agentes de propaganda do SUSTENTA, a bandeira de governação de Nyusi, liderada pelo Ministro da Agricultura e

Desenvolvimento Rural, Celso Correia.

Mas como dissemos, estes não são os únicos beneficiários das normas internas que permitem às lideranças contrariarem as regras democráticas para assegurar os seus interesses. Em províncias como Nampula, os primeiros seis ou nove nomes não constaram da lista por eleição, mas sim por indicação das lideranças.

Não está, porém, em causa a competência desses cidadãos, nem os seus direitos políticos. Está em causa a forma e os meios que usaram para figurarem em lugares elegíveis, nomeadamente a bajulação e a adulação, a falta de verdade, a desonestidade e o assassinato de carácter dos seus semelhantes.

Em alguns casos trata-se de pessoas estranhas à realidade dos círculos eleitorais pelos quais “foram eleitos”, o que prejudica o povo, tendo em conta que esses deputados não servem os interesses desses círculos eleitorais.

Gaza e Inhambane foram o palco da maior promiscuidade¹ nas últimas eleições internas. A Comissão Política interveio para impor a sua vontade para o desfecho do processo.



Renamo

A Renamo vive uma das maiores crises da sua existência, uma crise que começou a seguir à morte de Afonso Dhlakama, mas que se agudizou depois das eleições autárquicas e no contexto das eleições internas que levaram ao segundo mandato do actual presidente, Ossufo Momade, uma eleição muito contestada pela maneira como foi conduzida, excluindo outros candidatos. Para sobreviver e continuar na presidência da Renamo, Ossufo Momade contou com o apoio de alguns quadros seniores daquele partido, com destaque para José Manteigas, Viana Magalhães, Hermínio Morais, Arnaldo Chalaua e Clementina Bomba. Ora, na hora de elaboração das listas, Ossufo Momade colocou estas e outras figuras em lugares cimeiros nas listas como forma de retribuição pelo apoio que lhe prestaram no quadro das contestações que até hoje enfrenta.

¹ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Polemica-na-escolha-de-candidatos-a-deputados-e-a-governadores-de-provincia-reflecte-a-forma-como-a-Frelimo-se-mantem-no-poder-recorrendo-a-fraude-a-violencia-e-a-manipulacao.pdf>



PODEMOS

Apesar de ser um movimento novo, segue a mesma lógica dos partidos políticos tradicionais. Nas listas do PODEMOS constam nomes como o do filho do presidente deste partido, Albino Forquilha. Chama-se Forquilha Albino Forquilha, é vice-presidente da Comissão de Petições, Queixas e Reclamações da AR.

Em contexto de apelos cada vez mais frequentes sobre reformas políticas é importante se iniciar uma reflexão sobre o modo como são eleitos os deputados enquanto representantes do seu círculo eleitoral e de todo o povo moçambicano. É comum em Moçambique um deputado pertencer a um círculo eleitoral e terminar o mandato sem ter mantido contacto regular com o seu eleitorado. Isto pode resultar do facto de o deputado ter a consciência de que a sua presença na AR não é resultado de um mandato que tenha sido conferido pelo eleitorado, mas resultado de uma vontade da liderança. Nesse sentido, é importante responder a questão de saber como evitar que o parlamento continue a ser lugar de tachos com alguns deputados a serem indigitados pela liderança e não eleitos democraticamente nas bases.



MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

